

## DINHEIRO TEM!

*Não basta defender a democracia no discurso, é preciso praticá-la*

A postura do presidente do Cruesp, em entrevista com o Fórum das Seis no dia 18/10, mais uma vez sublinha a intransigência do Cruesp, a sua indisposição ao diálogo e à negociação de nossas perdas salariais e da mudança dos interstícios na carreira docente, de forma a aumentar a remuneração dos seus níveis iniciais.

Para mostrar que essa intransigência não se justifica, o GT-Verbas da Adusp analisou o comprometimento acumulado com a folha de pagamento de cada uma das três universidades estaduais paulistas em três cenários de reajuste nos salários:

Tabela 1 - Diferentes cenários de comprometimento com reajustes a partir de novembro/22

	UNESP	UNICAMP	USP	Total
Reajuste de 20%	67,48%	74,92%	70,43%	70,74%
Reajuste de 18%	67,24%	74,65%	70,18%	70,49%
Reajuste de 15%	66,89%	74,26%	69,81%	70,12%

Na realidade, tais comprometimentos devem ser ainda menores na medida em que o GT-Verbas trabalhou com hipóteses conservadoras como, por exemplo, a de que os repasses da Secretaria da Fazenda (Sefaz) até o final deste ano seriam iguais ao de agosto/22.

Como se vê, há muitas possibilidades de negociação de um plano de pagamento das perdas que nos foram impostas sem comprometer outros investimentos necessários e urgentes, como a reposição do quadro docente e de funcionárias(os), a permanência estudantil, os investimentos nos hospitais universitários e creches.

### As universidades continuam acumulando reservas às custas dos nossos salários

Segundo a fonte de balanços contábeis da USP e da Unicamp de 2021, o Boletim Econômico Unesp, nº 38 de outubro de 22 e o Informativo Codage nº 78, é possível estimar as reservas das universidades.

No caso da Unesp e da Unicamp, tais reservas são da ordem de R\$ 1,7 bilhão e, no caso da USP, a estimativa é de cerca de R\$ 4,6 bilhões.

### As perdas salariais se acumulam...

*Outubro deveria ser mês de revisão da data-base. Queremos negociar nossas perdas e a valorização dos níveis iniciais da carreira, já!*

## Salários e Inflação

A tabela 2 ao lado fornece os dados de setembro/22 de inflação, salário real e reajustes necessários para que voltemos ao poder aquisitivo de 1º de maio de 2012. A sigla SR-Índice indica o poder aquisitivo do salário de setembro/22 (recebido em outubro/22) em relação ao de 1º de maio de 2012.

O reajuste de 20,73% na sexta coluna da tabela 2 faz parte das nossas reivindicações de data base, que também incluem mudanças nos interstícios da carreira docente de forma a aumentar os salários em seus níveis iniciais. A última linha da tabela 1 indica o número de salários que deixamos de receber entre 1º de maio de 2012 e setembro de 2022, com poder aquisitivo igual ao de 1/5/12, isto é, cada um deles 20,73% maior que o atual.

O gráfico a seguir ilustra a nossa perda salarial, atualizando o do boletim de setembro/22 e o gráfico 1 na p. 15 da cartilha *Financiamento das universidades estaduais e data-base 2022*.

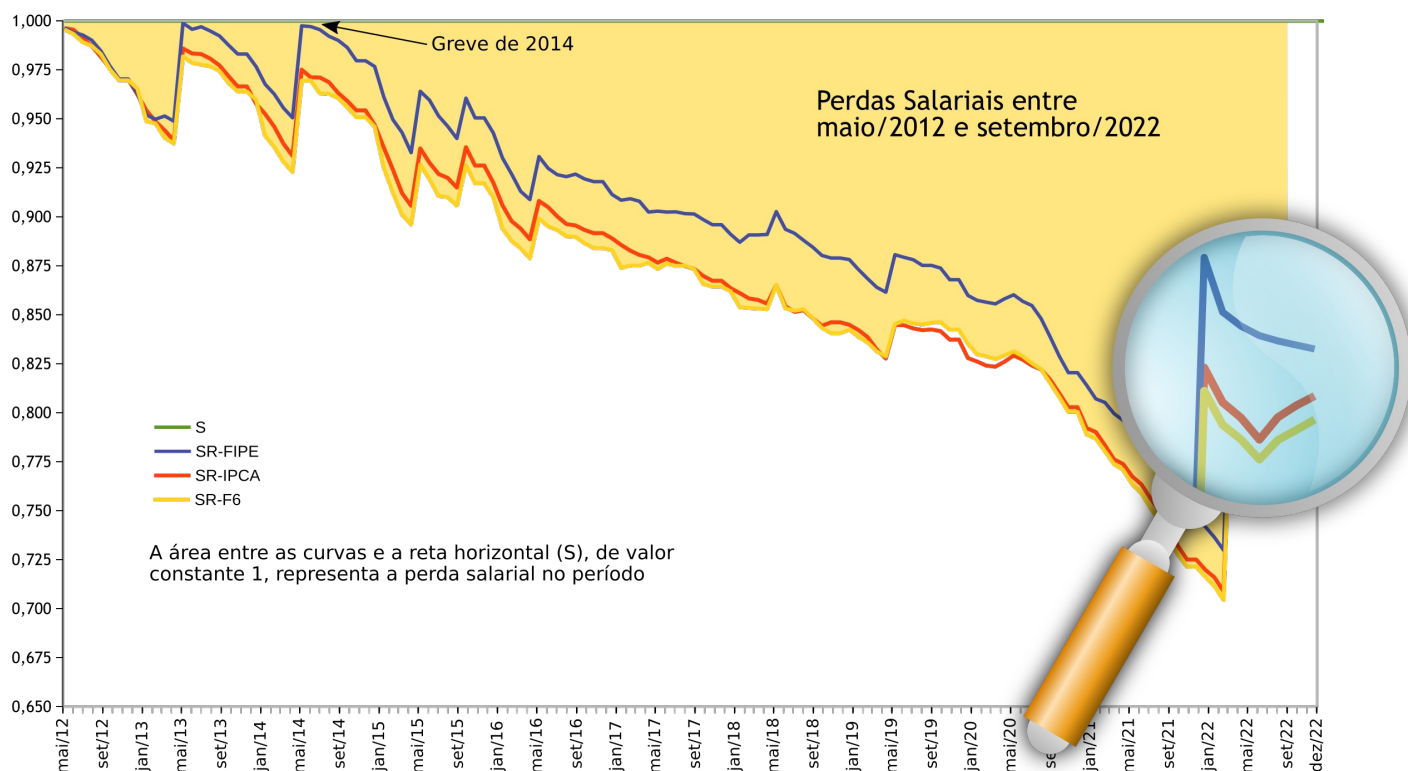


Tabela 2 - Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12

	IPCA (setembro/22)	IPC-FIPE (setembro/22)	Fórum das Seis (setembro/22)
Índice	-0,29%	0,12%	-0,32%
SR-IPCA	83,42%	84,61%	82,83%
Reajuste	19,87%	18,18%	20,73%
Salários perdidos	16,5	13,3	17,0

## O comprometimento continua entre os mais baixos desde o decreto de autonomia de 1989

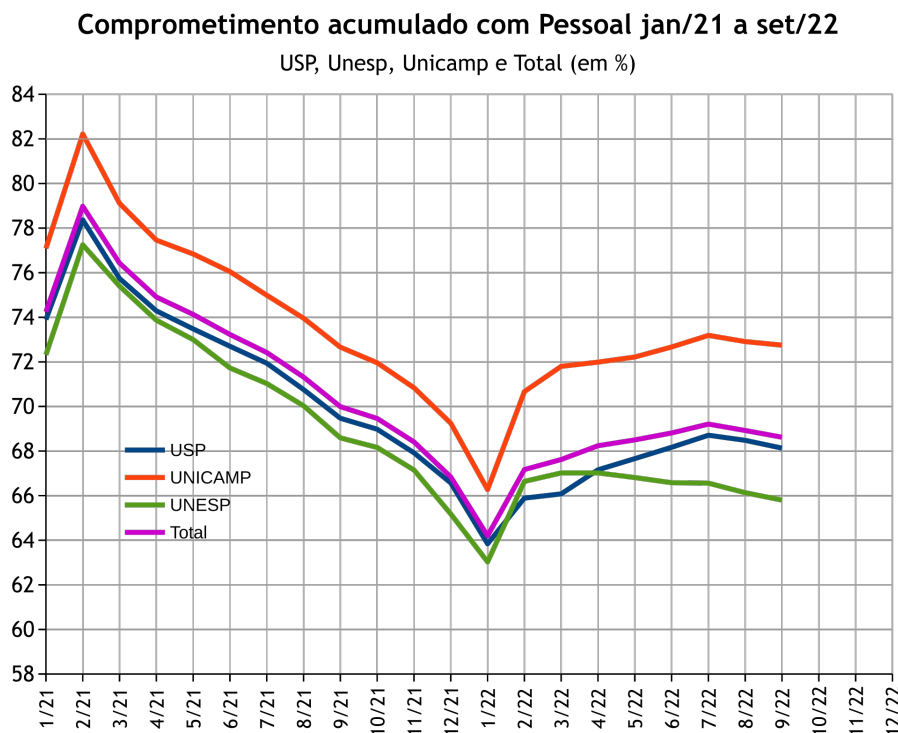
A planilha Cruesp de setembro/22 (fonte: Boletim Econômico da Unesp, nº 34, outubro/22) fornece-nos as informações ao lado:

Esses comprometimentos com a folha salarial (e reflexos) permanecem entre os mais baixos desde a conquista da autonomia, obtida após a greve das

Tabela 3 - Comprometimento acumulado com pessoal, de janeiro a setembro de 2022

UNESP	UNICAMP	USP	Total
65,80%	72,75%	68,13%	68,62%

universidades estaduais paulistas em 1988. O gráfico abaixo indica a evolução dos compromettimentos acumulados com salários entre janeiro de 2021 e agosto de 2022:



## Base de Cálculo e os descontos indevidos nos repasses às universidades

A cartilha *Financiamento das universidades estaduais e data-base 2022* mostra que o percentual de 9,57% não é aplicado ao total do ICMS-QPE, mas sim a um montante que contém descontos importantes como de programas de Habitação, de partes da dívida ativa, entre outros. Ou seja, as universidades não recebem do governo do Estado o mesmo tratamento dado aos municípios. Por conta disso, passaremos a nos referir ao montante sobre o qual é calculado o repasse de 9,57% para as universidades como Base de Cálculo das Estaduais Paulistas (BCEP), para que fique o registro de que há muito reivindicamos que esses descontos indevidos deixem de ocorrer.

A planilha da Sefaz, atualizada em 18/10/22, fornece-nos as seguintes informações:

1. A BCEP em setembro/22 foi de R\$ 12.861.960.291 – 6,26% maior que a de setembro/21 (12.104.030.452).

2. A BCEP acumulada nos primeiros nove meses de 2022 atingiu R\$ 113.126.537.107 – 14,01% maior que o mesmo período de 21 (R\$ 99.226.770.680).
3. Os valores indevidamente omitidos da BCEP em setembro/22 foram de 209,73 milhões e totalizam R\$ 1.847,21 milhões no período janeiro a setembro de 2022; assim, nesse período, as universidades estaduais deixaram de receber:  $1.847,21 \times 0,0957 =$  R\$ 176,78 milhões.
4. Depreende-se da sua evolução nos nove primeiros meses de 2022 que a BCEP poderá ser consideravelmente maior do que 142,9 bilhões, a estimativa original da Sefaz para 2022. Aliás, a Sefaz-SP já reviu a BCEP para 152 bilhões, o que significa que as universidades deverão receber, no mínimo, adicionais

$$0,0957 \times (152.000 - 142.900) = 870,9 \text{ milhões.}$$

## Falta transparência

Reiterando a reivindicação do Fórum das Seis ao Cruesp, devem constar das planilhas mensais do Cruesp dois itens importantes:

1. A reserva de cada universidade em cada mês do ano;
2. A insuficiência financeira – ou seja o repasse indevido de dinheiro da Educação ativa para a conta da Previdência – no mês corrente.

**A busca de transparência completa nas contas das universidades estaduais é um passo importante na democratização de seus processos internos de decisão, na defesa de nossas condições de vida e trabalho e na construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.**